



Faculdade de Educação

O conhecimento em sala de aula: a atividade de ensino
Prof. Dr. Manoel Oriosvaldo de Moura

EDM 5730

Acadêmica: Ma. Elenira Oliveira Vilela

NUSP: 8496905

Resumo e debate

SACRISTAN, J.G. Consciência e a ação sobre a prática como libertação profissional dos professores in: NÓVOA, A. N. (org) *Profissão Professor*, Portugal, Porto Editora, 1991.

Na prática a teoria é outra?

Essa é uma frase comum de se ouvir no senso comum. Mas essa frase não corresponde a uma compreensão adequada do papel da teoria na produção de conhecimento científico e da possibilidade de que essa ciência tenha na produção de mudanças na vida e no cotidiano das pessoas.

Segundo a compreensão do materialismo histórico dialético, a explicação teórica é uma necessidade fundamental para a produção de ciência que efetivamente pode explicar a realidade, porque a realidade é de uma complexidade infinita e o conhecimento concreto não é diretamente sensível, apesar de os sentidos serem fundamentais na sua apreensão e produção.

Sendo assim, sempre é necessário buscar os elementos que realmente são essenciais para determinar o fenômeno em estudo e as leis gerais destas relações, nexos, fundamentais entre esses elementos que explicam a realidade. Só que para que esse conhecimento seja produzido, devido a essa complexidade, é fundamental que haja uma teoria, um conhecimento prévio que fundamente e organize os estudos, as hipóteses e possibilite produzir, acessar e organizar esse conhecimento de maneira profunda e concreta.

Mas esse conhecimento, essa teoria deve sempre se relacionar com a prática, com a vida objetiva. Por esse motivo, nessa compreensão teórica filosófica, a elaboração máxima do pensamento teórico é denominada concreto pensado, é a realidade explicada nos nexos fundamentais e que permitem a intervenção para alterá-la de acordo com os objetivos para os quais essa ciência foi produzida, a ciência da práxis.

É verdade que essa complexidade nunca será completamente abordada por nenhuma teoria, isso não significa que essa limitação inerente ao conhecimento científico signifique que ele será apartado da vida prática, mas é verdade que a utilização pragmática dele pode demorar muito ou não ocorrer nunca, até porque o desenvolvimento da ciência não pode, não deve ser dirigido pelo pragmatismo, pela possibilidade de aplicação imediata.

Mas o senso comum não está totalmente errado em pensar que a prática na teoria é outra, por principalmente dois motivos: a) em uma sociedade capitalista, cujos interesses de classe dirigem a produção da ciência e a exploração é o fundamento da organização social, para a classe explorada que é alienada da possibilidade de se apropriar do processo de produção, o conhecimento é externo, fragmentado e disponibilizado de maneira sincrética, para que o explorado não possa usá-lo de maneira libertadora. Então ele se apresenta externo e incapaz de representar a sua condição e menos ainda de instrumento para mudá-lo. O seu cotidiano é alienado, não pode ser pensado, refletido de maneira profunda a se atingir o concreto pensado

em sua elaboração sobre sua própria realidade, porque esse só seria possível na alteração estrutural da sua condição de explorado, de reificado, de alienado em relação ao seu papel de produtor, na medida em que é alijado dos meios de produção e dos resultados dessa produção.

b) que o fato da produção ser organizada segundo o interesse da classe dominante e exploradora significa que esse conhecimento é produzido para manter a condição de dominação e de dominado e por isso, as teorias são em muitos casos realmente elaborações científicas, que não revelam a essência da realidade portanto parecem e, em muitos casos, são mesmo, incapazes de oferecer explicações e elementos que possam alterar a realidade das pessoas, especialmente, da classe explorada.

Mas não considero que o recorte de classe e a forma de disponibilização desse conhecimento para a maioria dos seres humanos invalide todo o conhecimento produzido neste contexto. De fato, ainda que essa determinação seja fortemente perceptível, o conhecimento científico é fundamental e é necessário que seja apropriado de maneira a servir de instrumento de libertação da exploração.

Além disso, as contradições estruturais do sistema capitalista permitem que sejam desenvolvidos conhecimentos que de fato explicam a realidade e podem e devem ser utilizadas para a própria destruição da exploração. Assim teorias como a da evolução, dos fractais e da economia política, entre outras, não são peças de bibliotecas inúteis para a compreensão da realidade natural e social em que vivemos, pelo contrário, são instrumentos poderosos, em nível de concreto pensado e que são peças chave para a mudança da prática, de maneira a construirmos uma práxis.

Sacristán busca explicar a profissionalidade docente e como ela é externamente determinada, além disso procura explicitar por meio das teorias da ação formas que permitam aos docentes assumam a direção de formas mais pensadas e moralmente vinculadas da sua atuação profissional.

Começo destacando um estranhamento, que é, se eu entendi bem, chamar de “clientes” aos sujeitos do processo educativo. Me parece uma denominação extremamente inadequada e que estabelece uma analogia entre instituições formativas e comerciais. Mas confesso não conhecer o contexto em que esta publicação se insere e, portanto, pode ser uma crítica não pertinente.

O autor começa a definir o que chama de profissionalidade do professor a partir de contextos que produzem determinações sobre como esse trabalho se torna específico, se diferencia do demais e afirma que “A mudança educativa deve assumir-se, em primeiro lugar, como uma mudança cultural” (p. 71). O que é demonstrar que há um determinante externo fundamental para qualquer processo educativo, mas mais claramente expresso no caso de instituições formais de educação que é o determinante cultural, como a cultura define as expectativas que devem ser satisfeitas pela educação para a sociedade.

O autor mostra também que a

Burocratização nas escolas estabelece parâmetros para a burocratização em outros níveis das relações sociais e ao mesmo tempo confere status a ela na medida em que está regulada pelos sistemas educativos. (p. 71)

E que

A compreensão da dialética entre as expectativas externas e os projetos externos permite-nos evitar a afirmação ingênua da autonomia e da criatividade profissional dos professores, mas também o princípio da sua irresponsabilidade em relação à prática docente (Barthes, 1988). (p. 71)

E ainda que

A imagem do professor completamente autônomo é tão irreal como crer que suas respostas são ações meramente adaptáveis a situações herdadas. (p. 72)

E como consequência dessas afirmações estabelece que a profissão de docente é uma semiprofissão, por ter esse nível de determinação externa. Tenho minhas dúvidas de se se justifica essa diferenciação com as denominadas profissões liberais clássicas, que ele considera “profissões por inteiro”, segunda a minha compreensão.

Me parece que apesar de o autor deixar claro o quanto a profissão do professor sofre de determinações externas e compreender as mudanças como sendo consequente de mudanças culturais, ele passa a desenvolver teorizações sobre a profissão docente de maneira interna, procurando instrumento na sua organização como profissional que lhe permitam uma educação mais consciente e dirigida pelo professor. O problema é que não analisa que a profissão docente é também alienada, torna os professores reificados nesse modo de produção e, portanto, cai em uma armadilha de isolar o fenômeno de seus determinantes no momento de propor alterações e, assim, acaba por produzir teorizações de fato distantes da práxis.

Concordando com Sacristán que “... é evidente que há margens para a expressão da individualidade profissional” (p. 73). Mas os limites dessa atuação e as formas de atacar o que as origina não é tratado, naturalizando sua existência. O autor chega a reconhecer que os próprios profissionais docentes, nesta posição social se tornam “... consumidores de práticas preesboçadas fora do teatro imediato da ação escolar” (p. 74) e que temos que compreendê-los e interpretá-los dentro de suas responsabilidade e irresponsabilidade relativas (p. 75).

Voltando ao debate sobre a relação entre teoria e prática, o autor afirma:

A comunicação de conhecimento e ação, entre teoria e prática, deve ser entendida não como uma relação direta entre o conhecimento e a investigação propriamente pedagógica, mas como um tráfico de influências dispersas. A mudança em educação não depende diretamente do conhecimento, porque a prática educativa é uma prática histórica e social que não se constrói a partir de um conhecimento científico, como se se tratasse de uma aplicação tecnológica. A dialética entre conhecimento e ação tem lugar em todos os contextos onde a prática acontece. (p. 76)

Mas encaminha para soluções em nível de organização escolar para aumentar a autonomia e autoridade do trabalho docente, propondo que “É nos esquemas estratégicos que se define mais claramente a componente intelectual do exercício profissional docente” (p. 81)

Trata da análise do pensamento profissional dilemático e afirma que

... a capacidade operativa do conhecimento e da investigação pedagógica na prática depende da possibilidade de o conhecimento ampliar a consciência dos problemas educacionais e dos modelos alternativos, propondo que devam ser construídas ações estratégicas que permitam alcançar objetivos em relação a capacidade de direccionamento do intelectual do docente sobre o seu trabalho. (p. 87)

Essa proposição precisa, ela mesma, ser compreendida dentro das limitações que o próprio autor reconheceu no início do texto e tem um risco muito grande de ser apropriada e interpretada de maneira burocrática pelos profissionais que pensem que determinada forma de organização escolar em si pode permitir a redução significativa dos limitantes da educação e que isso em si seria (será) um grande avanço na qualidade da educação. Penso serem necessários a) uma compreensão mais concreta dos determinantes da profissão do professor e b) uma consequente proposição de atuação nos nexos essenciais, que a meu ver se relacionam, mas não são essencialmente definidos na organização escolar. Os determinantes essenciais são os externos e por isso a mudança precisa ocorrer na luta por quebrar a alienação do professor de seu trabalho no desenvolvimento de classe (proletariado), da maneira que Paulo Freire vem defender que a luta pela valorização do professor e da educação são matéria essencial do exercício profissional do professor.